



176

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL N.º 332584-4**

**COMARCA:** Recife – 20ª Vara Cível

**APELANTE:** Maria Manuela Castro Goulart

**APELADA:** Transporte Aéreos Portugueses - TAP

**RELATOR SUBSTITUTO:** Juiz Humberto Vasconcelos Júnior

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - REMARCAÇÃO DE VIAGEM AÉREA - DISCUSSÃO ACERCA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. É cediço que, na fixação da reparação por dano extrapatrimonial, incumbe ao julgador, atentando, sobretudo, para as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitrar *quantum* que se preste à suficiente recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima.
2. No caso concreto, tendo havido a remarcação de voo aéreo sem a devida comunicação, bem como a necessidade pernoitar em outro país, além das demais particularidades atinentes a hipótese dos autos, entendo adequada a fixação da verba indenizatória em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pelo que considero o valor de R\$ 15.000,00 requerido pela autora excessivo, bem como o valor de R\$ 3.000,00 atribuído pelo magistrado a *quo* insuficiente.
3. Apelo que se dá parcial provimento.



177

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de Apelação n.º 0332584-4, em que figura como Apelante Maria Manuela Castro Goulart, e como Apelada Transporte Aéreos Portugueses - TAP; Acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar parcial provimento ao recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 20 de agosto de 2014.

**Juiz Humberto Vasconcelos Júnior**  
*Relator Substituto*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0332584-4

COMARCA: Recife/PE - 20ª Vara Cível

APELANTE: Maria Manuela Castro Goulart

APELADA: Transporte Aéreos Portugueses - TAP

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Humberto Vasconcelos Júnior

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 129/143) interposta por Maria Manuela Castro Goulart, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais nº 0048020-88.2011.8.17.0001, tendo como Réu Transportes Aéreos Portugueses - TAP, por entender que o valor fixado a título de danos morais foi irrisório considerando o caso concreto.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

- Dispositivo sentencial constante às fls. 126, *ipsi litteris*:

*"Isto posto, com fulcro no art. 269, I do CPC, julgo procedente o pedido do autor e extingo o feito, com julgamento de mérito, condenando o réu ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, corrigidos pela Tabela Encoge, a partir do arbitramento (STJ) - Súmula 362 e juros de mora de 1% (um por cento) a.m. desde a citação. (...)"*



170  
0

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

**FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO:**

- Nas razões do Apelo, a Autora defende que o *quantum* indenizatório arbitrado na sentença se mostrou insuficiente e desproporcional, levando-se em conta o poder econômico da Ré, bem como os abalos psicológicos enfrentados pela Apelante.
- Pugna, assim, pela reforma da sentença vergastada, no sentido de majorar o valor fixado a título de danos morais para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

**CONTRARRAZÕES:**

- Instada a se manifestar, a parte Ré apresentou Contrarrazões às fls. 153/159, rechaçando os fundamentos da Apelação, pugnando pela manutenção do valor fixado como verba indenizatória.

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 23 de julho de 2014.

**Juiz Humberto Vasconcelos Júnior**  
**Relator Substituto**



178

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0332584-4

COMARCA: Recife/PE - 20ª Vara Cível

APELANTE: Maria Manuela Castro Goulart

APELADA: Transporte Aéreos Portugueses - TAP

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Humberto Vasconcelos Júnior

VOTO

Por meio do presente *decisum*, cumpre analisar se o valor atribuído pelo juiz de piso a título de danos morais é suficiente, ou não, para a reparação pelos abalos sofridos pela parte Autora, ora Apelante, sendo para tanto, extremamente necessário elucidar a hipótese dos autos.

A parte autora adquiriu passagem aérea do trecho Londres - Recife, com embarque em 25/06/2011, devendo chegar em Lisboa às 22:00h em voo de conexão, para Recife, cuja partida apenas ocorreria às 11h do dia 26/06/2011.

Diante disso, resolveu, por liberalidade, pagar uma taxa extra para que o voo fosse alterado, de modo a não aguardar tanto a conexão entre Lisboa - Recife, passando a sair de Londres às 06:00h do dia 26/06/2011, chegando em Lisboa às 08:40h e partindo para Recife às 11h, chegando a esta capital às 14:50h.

Acontece que, em que pese a Cia. aérea Apelada tivesse confirmado a operação, a Apelante foi surpreendida com a remarcação do voo Londres -

PR



179

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

Lisboa para 13:20h, sem que, para tanto, tivesse havido qualquer comunicação prévia.

Com tal remarcação, a Apelante não chegou em Lisboa a tempo de fazer a conexão para Recife, sendo obrigada pernoitar na capital portuguesa, pois o próximo voo para Recife apenas sairia às 11:00h do dia 27/07/2011.

Eis um pequeno relato, apenas para situar os Eminentes Pares da situação posta no caso concreto, servindo de base apenas para valorar os danos morais, tendo em vista que a falha na prestação do serviço já foi reconhecida pelo juiz de piso e, sobre ela, não houve recurso.

Assim sendo, em relação ao *quantum* indenizatório, em que pese o grau de subjetivismo que envolve o tema, por não haver critérios determinados e fixos para a quantificação desta espécie de dano, a doutrina e tribunais pátrios mantêm o entendimento de que a indenização deve ser fixada com moderação, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento sem causa.

Por esse motivo, deve o arbitramento operar-se proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, assim como devem ser consideradas a extensão e a intensidade do dano, objetivando, outrossim, desestimular o ofensor a repetir o ato.

O fato é que, ainda que as narrativas abranjam todos os transtornos sofridos pela Apelante, dificilmente conseguem trazer, em seu bojo, os reais perturbações causadas, considerando que há um misto de ansiedade e expectativa no retorno, de modo que situações como a presente, certamente, abalam o emocional, de forma a repercutir diretamente na esfera íntima de quem vivencia o fato.

---

PR



180

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

Com base nisso, considerando a ausência de informação quanto à remarcação, a necessidade da Apelante pernoitar em Lisboa para pegar o voo para Recife apenas no dia seguinte, além de todos os embaraços decorrentes da falta de informação, entendo que o valor fixado pelo juiz de piso, de fato, não corresponde a hipótese dos autos.

Em contrapartida, verifico que a parte Apelante, em seu recurso, pugna pela majoração do valor para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quantia esta que considero excessiva, capaz de causar enriquecimento sem causa, de modo que, utilizando-me da razoabilidade e proporcionalidade, entendo que o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) se adequa melhor à espécie.

Como meio de embasar o *quantum*, trago posicionamento jurisprudencial a respeito:

*APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO. REMARCAÇÃO DE VÔO. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. A empresa de transporte aéreo é objetivamente responsável pelo serviço que presta. Arts. 14 do CDC e 734 do CC. Falha na prestação do serviço. Situação em que a ré, dois meses após a aquisição da passagem aérea, informou o cancelamento do voo para o qual a autora adquiriu o bilhete, com remarcação. Informações obtidas no site da Infraero a evidenciar que o voo não foi cancelado. Ausência de prova, pela companhia aérea, do alegado cancelamento por motivos operacionais. Má prestação do serviço caracterizada e não afastada por qualquer causa excludente de responsabilidade. Dano moral in re ipsa. Arbitramento da indenização em R\$*

---

PR



181

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho**

---

6.000,00 (seis mil reais), tendo em vista a tentativa da ré de minimizar o dano. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70053672333, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Aquino Flôres de Camargo, Julgado em 11/04/2013).

Em face do exposto, dou provimento parcial ao presente recurso, apenas para majorar o valor da condenação por danos morais para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mantendo-se, no mais, incólume a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 20 de agosto de 2014.

**Juiz Humberto Vasconcelos Júnior**  
Relator Substituto